



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

1ª PROMOTORIA DO MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO

PORTARIA Nº 132/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e Planejamento Urbano da Capital, no uso de suas atribuições, com fundamento nos arts. 129, inciso III da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei nº 8625/93, 8º, §1, da Lei nº 7347/85 e 114 §4 da Lei Complementar nº 72/2008,

CONSIDERANDO o que determina o art. 9º, § 6º e art. 25, da Resolução 036/16 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, bem como o §4º, do art. 2º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007 - CNMP, que estabelecem que o Ministério Público, de posse de informações previstas nos artigos 6º e 7º da Lei nº 7.347/85 que possam autorizar a tutela dos interesses ou direitos mencionados no artigo 7º c/c art. 9º dessa resolução, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurado **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**;

CONSIDERANDO que o 3º, do art. 25, da Resolução nº 036/2016 - OECPJ estabelece que o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável, cabendo ao Órgão de Execução motivar a prorrogação dos próprios autos;

RESOLVE:

Converter a presente Notícia de Fato nº 2016/378619 em **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** para continuar a apuração de denúncia formulada pela cidadã Fernanda Paulino da Silva, dando conta de maus tratos a um animal por parte da senhora Maria Luziêlda Moreira Correia Isidro, residente na Av. Viena Weyne, 1152, Lago Jacarei, nesta cidade, caracterizado por abandono do animal em via pública e com sarnas, procedendo-se com a adoção das seguintes providências:



1ª PROMOTORIA DO MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO

1. Autue-se o procedimento preparatório em tela, mantendo-se a numeração oriunda do sistema Arquimedes da PGJ/CE, procedendo-se com as anotações no livro próprio, se houver;

2. Encaminhe-se cópia da presente Portaria ao Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – CAOMACE, conforme o disposto no §8º, do art. 20, da Resolução 036/16/OECPJ, providenciando-se sua publicação conforme o item 2 do Ofício circular nº 32/2016/SEGE/PGJ/CE.

3. Encerrado o prazo de 90 (noventa) dias fixados para o término do procedimento preparatório, sem que a investigação tenha sido concluída, venham-me conclusos para prorrogação de prazo, nos termos do §3º, do art. 25, da Resolução 036/2016, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ceará.

Fortaleza, 14 de novembro de 2016.


RAIMUNDO BATISTA DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA